

CLASSE, GÊNERO E RAÇA

Apontamentos em diálogo com a História Social do Trabalho

CLASS, GENDER AND RACE

Notes in dialogue with the Social History of Labor

SILMARA CARDOSO DE LIMA SILVA¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar contribuições ao debate sobre as relações entre classe, gênero e raça. Foi realizada pesquisa bibliográfica no campo da História Social do Trabalho, buscando compreender aspectos da dinâmica da produção teórica, destacando elaborações que não se restringem ao conceito de classe, incorporando os conceitos de gênero e/ou raça. Numa perspectiva de elaboração interdisciplinar, estabelecemos diálogos entre autoras e autores da História Social do Trabalho e intelectuais que transitaram entre a História e outros campos das Ciências Humanas. Foi possível localizar nas últimas décadas produções que investigam as relações de classe, raça e gênero a partir do mundo do trabalho. Esses estudos problematizam abordagens anteriores – centradas apenas no conceito de classe – e evidenciam protagonismos de mulheres e pessoas negras como sujeitos históricos.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. História da classe trabalhadora. Classe, gênero e raça.

ABSTRACT

The aim of this article is to present contributions to the debate on the relationship between class, gender and race. Bibliographical research was carried out in the field of Social History of Labor, seeking to understand aspects of the dynamics of theoretical production, highlighting elaborations that are not restricted to the concept of class, incorporating the concepts of gender and/or race. From an interdisciplinary perspective, we established dialogues between authors of the Social History of Labor and intellectuals who have moved between History and other fields of the Human Sciences. It was possible to locate productions in recent decades that investigate class, race and gender relations from the world of work. These studies problematize previous approaches – centered only on the concept of class – and highlight the

¹ Doutoranda em Ciências Sociais (bolsista CAPES) e Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: silva.silmara@unifesp.br

protagonisms of women and black people as historical subjects.

Keywords: World of work. Working class history. Class, gender and race.

INTRODUÇÃO

Neste artigo desenvolvemos reflexões em torno de debates sobre classe, raça e gênero, partindo de estudos do campo da História Social do Trabalho. Revisitamos, inicialmente, algumas contribuições de Emilia Viotti da Costa, destacando conceitos e questões fundamentais em torno dos seguintes debates: estrutura e experiência; necessidade e liberdade; as dimensões micro e macro na pesquisa histórica. A partir destas bases, passamos ao debate em torno das relações entre classe, raça e gênero.

Situando-nos num caminho de elaboração interdisciplinar, buscamos estabelecer diálogos entre referências da História Social do Trabalho e outros autores e autoras das Ciências Humanas, que transitaram entre outras áreas como a História, a Sociologia, a Antropologia.

1. ESTRUTURA E EXPERIÊNCIA

Em *Estruturas versus experiência. Novas tendências da história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*, Costa (1990) nos apresenta um debate epistemológico no campo da historiografia, voltando sua atenção para produções da História do Trabalho. A autora nos leva a um rico debate sobre o lugar das estruturas e das experiências nas pesquisas até ali desenvolvidas e demonstra a existência de duas abordagens: “Há os que consideram fundamental analisar a experiência operária a partir de uma abordagem de tipo estrutural e há aqueles que só buscam reconstituir a ‘experiência’ operária” (Costa, 1990, p. 3).

Por muito tempo, prevaleceram as produções estruturalistas, voltadas principalmente para as estruturas econômicas e políticas. O artigo de Costa (1990) trata de uma mudança de perspectiva, que questionou as abordagens predominantes até então. A autora cita vários historiadores que chamaram atenção para a necessidade de que as experiências dos trabalhadores

ganhassem evidência nas pesquisas. Destacamos os comentários sobre Eugene Sofer:

Sofer argumentava que ao examinar a natureza e as estruturas da vida da classe trabalhadora de maneira a perceber as relações entre atividades do dia a dia e os movimentos políticos, aqueles historiadores tinham ampliado nossa compreensão da classe operária. Nesse *mesmo texto* ele fazia votos que os historiadores do trabalho na América Latina viessem a seguir esse novo caminho em busca de uma história de baixo para cima, uma história na qual os trabalhadores falassem por si mesmos e fossem vistos como atores conscientes que ajudam a definir a mudança em vez de meramente responderem a ela. Hoje já se pode dizer que os desejos de Sofer foram satisfeitos. Vários livros publicados e várias teses escritas na década de 80 seguiram esse roteiro (Costa, 1990, p. 4).

A autora prossegue anunciando: “É tempo de avaliar seus resultados” (Costa, 1990, p. 4). É o que ela faz ao longo do artigo. Considerando os limites e objetivos deste trabalho, não discorreremos aqui minuciosamente sobre sua avaliação. O que entendemos ser indispensável destacar é a proposta de síntese apresentada pela autora. Ela aponta a importância de que a História do Trabalho tenha se voltado para as experiências dos trabalhadores, não mais restringindo-se a abordar o papel das elites ou dos líderes sindicais. No entanto, aponta a importância de que tal movimento não seja acompanhado de um abandono da análise estrutural:

Na nova historiografia os trabalhadores aparecem como sujeitos da história em vez de simples objetos, tão importantes para a compreensão da história quanto as elites, cujos limites eles definem. Esta revisão que amplia de forma significativa o nosso conhecimento é devida em grande parte a historiadores que abandonaram as análises “estruturalistas” tradicionais. Mas os estudos mais bem-sucedidos são exatamente aqueles em que o autor conseguiu estabelecer uma ponte entre esses dois tipos de abordagens que outros consideraram irreconciliáveis (Costa, 1990, p. 8).

Parece-nos que a autora levou à frente o desafio de uma produção historiográfica com investigação e análise das estruturas, das experiências dos diversos sujeitos e – o mais importante – de como essas dimensões se relacionam no processo histórico. É o que visualizamos na introdução de seu livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Ela destaca as experiências dos “escravos”, que “aproveitaram a

oportunidade para tomar a história nas próprias mãos” (Costa, 1998b, p. 18) de modo que podemos entendê-los como sujeitos históricos ativos:

A partir de roteiros trazidos do passado, modificados pelas novas condições e pelo novo ambiente, os escravos teceram narrativas novas sobre o mundo, criaram novas formas de parentesco e inventaram novas utopias. Não tentaram simplesmente recriar o passado, mas controlar o presente e modelar o futuro. Nas interações diárias com senhores e missionários, os escravos se apropriaram de símbolos cujo propósito original era sujeitá-los, e converteram-nos em instrumentos de sua emancipação. Nesse processo, não apenas transformaram a si mesmos como transformaram todos a sua volta e ajudaram a traçar o curso da história (Costa, 1998b, p. 17).

Sua atenção em relação às experiências e narrativas dos diversos sujeitos desse processo não faz com que a autora abandone o olhar para as estruturas:

Como nos Estados Unidos, no Brasil ou em quaisquer outras colônias europeias, não foram apenas as condições locais que deram forma às vidas dos homens e mulheres que viviam em Demerara [...] O mundo exterior os influenciava diariamente. As lutas políticas na Grã-Bretanha tinham tanto impacto sobre suas vidas quanto as flutuações do mercado, as decisões tomadas pelo governo britânico e as noções sobre religião, riqueza e trabalho, crime e castigo, alfabetização e educação, comércio e império, cidadania e governo. Como indivíduos não são portadores passivos de ideologias, missionários, colonos, escravos e autoridades reais criavam seus próprios roteiros dos discursos disponíveis e do material fornecido por seu passado e pelas experiências do presente. Entretanto, todos eram prisioneiros de um processo que em grande parte escapava a seu controle (Costa, 1998b, p. 16).

Ou seja, homens e mulheres atuam na realidade e podem transformá-la, mas estão inseridos numa estrutura que envolve múltiplos fatores e que não foi pré-determinada por aqueles sujeitos. Objetividade e subjetividade compõem os processos históricos e o desafio de quem pesquisa passa por compreendê-las profundamente em suas relações. Isso nos remete ao debate sobre necessidade *versus* liberdade.

2. NECESSIDADE E LIBERDADE

No artigo *Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética*,

publicado em 1998, Costa aprofunda-se no debate sobre as transformações no campo historiográfico e localiza a questão da necessidade e da liberdade da seguinte maneira:

Na verdade, quando examinamos as mudanças que ocorreram na historiografia nos últimos trinta anos, observamos um desvio gradual da necessidade para a liberdade. De uma ênfase no que foi uma vez definido como forças históricas “objetivas” a uma ênfase na subjetividade, criatividade e ação do ator histórico. De uma preocupação com condições materiais da existência a uma preocupação com percepções, símbolos, significados e rituais (Costa, 1998a, p. 9).

A autora nos mostra que a separação entre objetividade e subjetividade, entre necessidade e liberdade, é problemática, tanto aquela empreendida pelos objetivistas quanto pelos subjetivistas. Trata-se de uma separação antidialética que, portanto, dificulta a compreensão dos processos históricos em toda sua complexidade. O movimento de uma posição teórica para outra, ou seja, do objetivismo para o subjetivismo, correspondeu à passagem de um reducionismo a outro: “do reducionismo econômico para o cultural ou linguístico” (Costa, 1998a, p. 10).

Frente à constatação de uma tendência a compreender a história restringindo-se aos discursos, a autora primeiramente reconhece que não existe pesquisa histórica sem análise do discurso. No entanto, tal análise não dá conta de toda compreensão da história. Do mesmo modo, o olhar restrito para as culturas não dá conta de explicar os processos históricos.

Até aqui podemos dizer que estrutura e experiência, objetividade e subjetividade – ou necessidade e liberdade – precisam ser compreendidas em suas relações complexas e dialéticas. Do ponto de vista histórico, retomamos uma afirmação fundamental de Costa sobre “um princípio dialético básico: o de que homens e mulheres fazem a história, mas não sob condições de sua própria escolha” (Costa, 1998a, p. 10).

A compreensão sobre as condições históricas passa, por sua vez, pelas análises em torno das relações entre realidade macro e realidade micro. A autora apresenta contribuições que também indicam a importância de combinar a análise dessas dimensões.

3. REALIDADE MACRO E REALIDADE MICRO

Homens e mulheres fazem a história nos locais em que se situam e a realidade em que se encontram está definida não somente por fatores locais, mas também globais. Experiências, portanto, se fazem em determinados locais, e estes, por sua vez, não são ilhas desconectadas do mundo. As estruturas não deixam de existir, mesmo que se queira olhar apenas para as experiências. Do mesmo modo, a realidade macro continua existindo e influenciando a realidade micro, ainda que se queira olhar somente para esta.

Vejamos como Costa situa o debate entre micro e macro:

Sob a influência de Foucault, a atenção dos historiadores passou das estruturas globais de dominação, os processos de acumulação de capital, o Estado e as relações entre as classes sociais, todos enfim que estiveram no centro da historiografia tradicional, para a microfísica do poder. Isto levou a uma extraordinária expansão das fronteiras da história [...] Mas apenas raramente eles tentaram estabelecer uma conexão entre a macro e a microfísica do poder. Em algumas raras e notáveis exceções, estes dois tipos de abordagem se aproximaram. No mais das vezes, elas correram paralelas uma à outra, como modos alternativos de ver a história (Costa, 1998a, p. 12).

Ela entende que este não era o objetivo de Foucault, mas as elaborações de alguns de seus seguidores apresentaram-se como peças fragmentadas de “um caleidoscópio quebrado”, que trazem apenas visões caóticas. Reconhecendo a importância do olhar para o micro, mas seguindo o caminho em busca de sínteses, a autora nos chama a reconhecer “que a subjetividade humana é ao mesmo tempo constituída por e constituinte de realidades sociais” (Costa, 1998a, p. 20).

Voltemos mais uma vez à introdução de *Coroas de glória...*, pois encontramos neste texto também um exemplo desse esforço em considerar o macro e o micro, a necessidade e a liberdade, sem reducionismos:

Procurei unir, nessa abordagem, a macro e a micro-história. Minha decisão nasceu da convicção de que é impossível compreender uma sem a outra. Mas nem a história é o resultado de uma “ação humana” misteriosa e transcendental, como querem uns, nem os homens e as mulheres são fantoches de “forças” históricas, como querem outros. As ações humanas constituem o ponto em que se resolve momentaneamente a tensão constante entre liberdade e necessidade (Costa, 1998b, p. 19).

As contribuições de Costa nos convidam ao desafio de investigar a história

considerando as estruturas e as experiências, a necessidade e a liberdade, a realidade macro e a micro. Não são dimensões excludentes entre si e estão em permanente relação dialética.

4. APONTAMENTOS SOBRE CLASSE, GÊNERO E RAÇA

Ainda no âmbito dos debates sobre as mudanças na História do Trabalho, que passou a interessar-se pelas experiências dos trabalhadores, Costa aponta no início da década de 1990 uma problemática fundamental:

[...] é surpreendente que a maioria dos acadêmicos que se encontram na vanguarda da nova história do trabalho continue ignorando os problemas étnicos. Isso é particularmente surpreendente quando lembramos que uma boa parte da força de trabalho na América Latina é composta de indígenas, mestiços e negros. Mais espantoso ainda é que a maioria dos autores revisionistas tenha passado ao largo do importante debate sobre a mulher na força de trabalho e o papel da mulher no desenvolvimento capitalista (Costa, 1990, p. 10).

O chamado de Costa nos leva a refletir até que ponto a ênfase sobre as experiências contemplou todos os trabalhadores. Afinal, sobre quais trabalhadores se desenvolveram as pesquisas até aquele momento em que ela escreveu? Que lugar ocuparam as trabalhadoras nessas investigações? A autora é bastante contundente: “a história do trabalho só pode ser adequadamente avaliada quando se introduz em cena os trabalhadores na sua totalidade” (Costa, 1990, p. 11). Nesse sentido, apresenta como questionamentos:

Como é possível a esta altura que os historiadores continuem a ignorar o papel da mulher na força de trabalho industrial? Será realmente possível entender a experiência dos trabalhadores sem examinar as relações entre homem e mulher e o papel da mulher na produção e reprodução? Acredito que não (Costa, 1990, p. 11).

A leitura de trabalhos posteriores nos revela contribuições relevantes para a compreensão das relações entre classe e gênero na História do Trabalho. Joana Dias Pereira, ao estudar o “ciclo de agitação social global de 1917-20”, partindo da dinâmica no movimento operário português e em diálogo com os

estudos transnacionais, destaca o papel das mulheres no processo de luta e organização:

Destacando o papel do movimento organizado dos trabalhadores, este artigo não deixa de relevar o papel das mulheres na gestão das redes de reciprocidade, familiares e de vizinhança, que muito embora assumissem um carácter informal, tiveram um papel central como recurso organizacional primário. Como além-fronteiras tem vindo a ser argumentado, a entrada em massa das mulheres nas fábricas foi fundamental para extravasar as fronteiras entre as comunidades de ofício e de residência e entre as lutas em torno do consumo e da produção (Pereira, 2014, p. 3).

Além de contemplar o papel desempenhado pelas mulheres, ou seja, as experiências das trabalhadoras como sujeitos ativos no processo, a autora apresenta elementos que nos fazem refletir sobre a divisão sexual do trabalho e como questões de gênero apresentam-se também na estrutura. O trabalho de mulheres e crianças era sazonal e os salários pagos eram mais baixos, o que indica um meio através do qual os patrões diminuam os custos do trabalho e, conseqüentemente, aumentavam seus lucros.

É fundamental, ainda, o destaque ao contexto internacional, marcado pela Primeira Guerra Mundial: o aumento dos preços dos produtos de consumo desvalorizou os salários dos trabalhadores e piorou suas condições de vida. Aqui, essa compreensão de um processo macro auxilia na análise das realidades locais – ao mesmo tempo, podemos dizer que a ação de trabalhadores e trabalhadoras em suas respectivas cidades e países geraram influências sobre ações de luta e organização em outras partes do mundo.

Além disso, ampliando a análise de modo a considerar o lugar da mulher na produção e na reprodução da vida, podemos entender seu papel ativo frente à dificuldade de garantir a subsistência de suas famílias em tempos de inflação:

[...] as mulheres desempenharam um papel fundamental e inédito nos protestos laborais, tendo em conta a sua entrada nas fábricas, mas também o seu papel na economia familiar. No entanto, foi nas lutas em torno do consumo que as mulheres mais se destacaram como gestoras de redes de solidariedade informais que permitiram uma mobilização massiva das populações (Pereira, 2014, p. 4).

Para um olhar sobre o contexto brasileiro no mesmo período, os trabalhos de Edilene Toledo e Glaucia Cristina Candian Fraccaro nos levam à greve de 1917. Vejamos o que destaca a primeira autora:

A regulamentação do trabalho das mulheres também era reivindicação antiga. As mulheres recebiam salários menores do que os homens, às vezes menos da metade, e, submetidas às mesmas condições de exploração, sofriam também com o assédio e até a violência sexual por parte de empregadores e contramestres. A proibição do trabalho noturno das mulheres era uma das principais reivindicações (Toledo, 2017, p. 508).

Além da diferença salarial, a inserção das mulheres nas fábricas foi acompanhada de uma das facetas mais repugnantes da opressão de gênero: o assédio sexual. Exploração e opressão, portanto, marcam profundamente as experiências das trabalhadoras nas fábricas. Mas não sem protesto. Fraccaro menciona, por exemplo, a fábrica Mariângela em que as trabalhadoras cruzaram os braços em 1917 exigindo o fim do assédio sexual:

[...] queixavam-se do mestre de oficinas que, de acordo com as mais de mil mulheres em piquete, “as desrespeita até na hora do serviço”, tendo ele perdido “a devida compostura”. Diante da recusa do gerente em demitir o capataz, as operárias mantiveram o protesto até a chegada do delegado, que mandou a cavalaria para a frente da fábrica (Fraccaro, 2017, p. 79).

Analisando as greves de 1917 e o processo de organização do movimento operário naquele período em São Paulo, a autora contesta as visões do envolvimento de mulheres como excepcionalidade. Ela nos chama a olhar para além da questão da sindicalização das mulheres, demonstrando que as experiências de luta e articulação das trabalhadoras envolveu outros âmbitos:

Com vistas a entender a baixa sindicalização e focalizar suas demandas e disputas, é preciso abordar a presença das mulheres no movimento operário tendo em vista suas pautas específicas e a forma como essas reivindicações se inseriam na atuação política mais ampla da classe. É preciso, também, verificar como as tensões do movimento de trabalhadores e a vida política, em São Paulo, afetaram a busca pelos direitos das mulheres (Fraccaro, 2017, p. 76).

Em relação às pautas que mais se expressaram nas fábricas com maior número de mulheres trabalhando, a autora identifica o aumento salarial e o fim do assédio sexual. Outras demandas foram levantadas naquele período, ainda

que de maneira difusa, tais como a normalização do trabalho das mulheres, salário igual para trabalho igual, licença pós-parto e a proibição do trabalho noturno de mulheres.

No que tange à organização das trabalhadoras, Fraccaro destaca que a Liga Operária do Belenzinho era dirigida por uma mulher, Maria Antônia Soares. A Liga Operária da Mooca, por sua vez, era composta em sua maioria por mulheres empregadas na fábrica Cotonifício Crespi. Mas além disso, a atuação das trabalhadoras também se desenvolveu fora dos sindicatos e das ligas – e foi, permanentemente, alvo de repressão. A autora chama atenção para fontes que registraram as ações policiais:

Essas fontes provêm, portanto, valiosas pistas sobre uma forma de sociabilidade largamente utilizada pelas mulheres e que não se encaixava, de antemão, nos padrões sindicais ou esperados: a família ou a vizinhança. A escolha da sociabilidade por esses dois critérios certamente promovia o conforto e alguma segurança para aquelas que têm sua honra questionada todo o tempo (Fraccaro, 2017, p. 85).

Portanto, dentro das fábricas ou fora delas – nos bairros, por exemplo – é possível identificar experiências de luta e organização daquelas mulheres trabalhadoras, rompendo a ideia de que o movimento operário do período tivesse como sujeitos ativos somente os trabalhadores homens.

Seguindo na trilha do chamado de Costa a ampliar o olhar, passamos agora a refletir sobre alguns aspectos em torno das relações de classe e raça. Se no artigo de 1990, ela questionava a ausência de negros e indígenas como sujeitos nos estudos da História do Trabalho, podemos perceber que tal inquietação a acompanhava tempos antes.

Provavelmente por causa da identificação que fazem entre movimento operário e imigrante, os que têm estudado a história do movimento operário na Primeira República raramente mencionam a presença de pretos e mulatos. Em geral se repete que depois da Abolição os imigrantes substituíram os ex-escravos na força de trabalho, tendo aqueles sido marginalizados nesse processo. Até que ponto essa impressão corresponde à realidade? (Costa, 1982, p. 224 apud Nascimento, 2016, p. 614).

Este trecho é resgatado por Álvaro Pereira do Nascimento, em artigo da segunda década do século XXI, em que apresenta críticas à historiografia do

trabalho por muitas vezes não considerar o componente cor de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente nos estudos sobre os séculos XX e XXI.

O autor propõe um diálogo mais profundo entre historiadores do trabalho e historiadores da escravidão e do pós-abolição, inclusive de modo a ampliar as possibilidades de fontes de pesquisa, tendo em vista que um dos argumentos apresentados por parte dos primeiros refere-se à dificuldade de encontrar fontes que tragam à tona questões raciais, ou mais precisamente, a presença negra nos processos históricos que pesquisam. Ele aponta ainda a importância de buscar “ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário” (Nascimento, 2016, p. 609).

Vale aqui observar que a ausência do componente cor também foi destacada por outra autora, Ana Flávia Magalhães Pinto (2019), em artigo que focaliza a trajetória de Vicente de Souza, abolicionista, republicano e socialista negro. Problematizando acerca de políticas de memória sobre pessoas negras livres em nosso país, a autora traz a questão do componente cor nas fontes pesquisadas por ela. Debruçando-se sobre publicações na imprensa do início do século XX, traz à investigação acontecimentos como homenagens a três líderes do movimento operário: além de Vicente de Souza, Gustavo de Lacerda e Luiz da França e Silva. Destaca que os três homenageados

[...] foram homens que se viram e eram tidos como “mulatos”, algumas vezes “negros”, nunca como brancos. Porém, por ocasião daqueles tributos, esse foi um dado ausente nos comentários publicados em jornais como *O Paiz* e *O Século*. É, portanto, curioso que, no momento em que se comemorava a “redenção da raça negra” e se exaltava a figura do trabalhador num país fundado na escravidão de africanos e seus descendentes, a ascendência racial dos homenageados, sendo eles “homens de cor” escura, não fosse usada para fortalecer o discurso (Pinto, 2019, p. 269-270).

Voltemos ao debate proposto por Nascimento com os historiadores e as historiadoras do trabalho. Sobre a ausência dos trabalhadores negros e negras e das relações de raça em grande parte das pesquisas, o autor aponta:

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade

racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004: 376), estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais (Nascimento, 2016, p. 610).

A partir deste trecho podemos refletir que a importância da abordagem proposta pelo autor nos remete para as experiências de trabalhadores negros e negras, sujeitos por bastante tempo ausentes ou secundarizados nas pesquisas, apesar de sua ampla participação na composição da classe trabalhadora do Brasil. Mas além disso, podemos pensar que essa abordagem pode ampliar e aprofundar a própria compreensão sobre as estruturas. Afinal, parece-nos impossível compreender a formação e o desenvolvimento do capitalismo sem considerar as relações raciais ao longo da história.

Clóvis Moura, intelectual marxista que transitou entre a Sociologia e a História, e dedicou-se por décadas ao estudo sobre as relações raciais, aponta neste sentido:

É justamente porque as classes dominantes querem manter o aspecto da igualdade no mercado (todos são “livres” para vender a sua força de trabalho) que mantêm esse racismo larvar, difuso e não decodificado, mas que atua dinamicamente e funciona no sentido de manter a aparência de que é o próprio negro que não tem condições, por si mesmo, de chegar aos estratos superiores e deliberantes, pois a *democracia racial* que temos lhe proporciona as oportunidades necessárias para isto (Moura, 2021, p. 66).

O autor problematiza no livro *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* e em outras publicações sobre o lugar ao qual as elites buscaram direcionar a população negra após a abolição da escravidão. E insiste no papel cumprido pelo racismo na organização da sociedade capitalista.

Nesse sentido, além de questionar acerca de quais sujeitos estamos falando, também cabe questionar se estamos dando conta de uma análise sobre as estruturas que compreenda o papel cumprido pelo racismo historicamente, inclusive no mundo do trabalho – por exemplo, como o racismo se reatualiza de modo a manter diferenças salariais entre pessoas brancas e negras mesmo quando apresentam os mesmos graus de escolaridade.

Como a discriminação racial sistemática se engendra no mundo do trabalho, seja local ou globalmente? Como trabalhadores negros e negras posicionam-se, inclusive em processos de luta e organização? Como se manifesta e se combate a discriminação racial no interior da própria classe trabalhadora? Quais as experiências de solidariedade inter-racial ou interétnica que podem ser identificadas e quais as lições que apresentam? Essas são apenas algumas questões que essas leituras nos suscitam – e que, por vários caminhos, estão sendo desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras nas últimas décadas.

Nascimento destaca que as possibilidades de fontes e bibliografias se ampliaram e deixa um convite instigante:

Não à toa, o jovem estudioso de hoje deve se sentir convidado a suspender a parede que impediu os operários da historiografia do longínquo passado de trabalhar por décadas numa linha de produção fundamental: a que construiria a história da participação do negro na formação dos mundos do trabalho na República (Nascimento, 2016, p. 614).

É importante frisar que o debate trazido por Nascimento está sendo feito há algumas décadas e é possível identificar a ampliação de pesquisas nesse sentido. Pelos limites deste trabalho, não será possível aprofundar nas diversas questões que se apresentam no referido debate. Mas cabe destacar brevemente algumas contribuições de outros autores e autoras.

Em artigo ainda mais recente que o de Nascimento, Popinigis & Terra (2019), mencionam um texto de Sílvia Lara de 1998, que também teceu críticas à produção da História do Trabalho. Para esta,

A produção acadêmica até então teria excluído os negros, escravos ou libertos, daquela história, por identificá-la somente com o trabalho livre e assalariado, ignorando as experiências e lutas daqueles trabalhadores antes e depois da abolição. Para a autora [Lara], essa exclusão se devia a uma abordagem pouco histórica, que privilegiava grandes modelos explicativos e não levava em conta os negros, escravos e libertos, como agentes da própria história. Numa virada historiográfica de meados dos anos 1970, os trabalhadores passavam a ser tratados como sujeitos capazes de estratégia e ação. Referenciando autores hoje já clássicos, Lara constatava que um novo ator havia despontado na historiografia sobre a Primeira República na década de 1980, antes dominada por temas tradicionais da história política (militares, oligarquias, classes médias, industrialização): o movimento operário. Isso aconteceu,

entretanto, sem que fosse rompido o antigo silêncio sobre a ausência dos negros na história (Popinigis; Terra, 2019, p. 309).

Os autores apontam que Lara propunha uma ênfase sobre o período anterior à abolição, enquanto Nascimento (2016), quase vinte anos depois propõe um olhar aprofundado sobre o pós-abolição, perguntando-se sobre a cor dos trabalhadores nas diversas pesquisas que se remetem a esse período. O deslocamento verificado, na compreensão dos autores, deve-se principalmente ao fato de que ao longo desse intervalo desenvolveram-se trabalhos que transitaram entre a história social do trabalho e a escravidão. Parte dessas pesquisas deram o passo importante de “desassociar a periodização da história da ação dos trabalhadores do assalariamento e levar em conta as experiências de luta dos trabalhadores escravizados” (Popinigis; Terra, p. 310).

Essa ampliação da compreensão da categoria de trabalhador, não restringindo-se somente ao trabalhador assalariado, foi um movimento internacional e fez parte das transformações na História Global do Trabalho mais recentes (de fins do século XX até aqui). Barbara Weinstein, em artigo sobre a revista *International Labor and Working-class history*, aborda essa mudança. Atentemo-nos à segunda premissa que ela menciona abaixo:

Quanto à questão da nova fase da revista, ela se manifestou mais nitidamente num número de 2004 com o dossiê “New Approaches to Global Labor History”. Esse conceito – Global Labor History, avançado vigorosamente por Marcel van der Linden do Instituto da História Social em Amsterdã – foi alicerçado em duas premissas. Uma é que historiadores dos mundos do trabalho devem deixar de privilegiar a nação e o nacional, e devem procurar deliberadamente temas que envolvam o cruzamento de “mundos” e que atravessem fronteiras. A outra é que historiadores dos mundos do trabalho devem ampliar a categoria de “trabalhador” e deixar de privilegiar o proletariado clássico; e deixar de retratar outros tipos de trabalho como “pré-modernos” ou periféricos com relação ao capitalismo (Weinstein, 2017, p. 16).

A preocupação em desenvolver uma História do Trabalho que não se restringisse ao proletariado clássico, ou seja, industrial, já estava presente também em Costa (1990). Voltemos ao seu chamado a considerar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras no desenvolvimento das pesquisas:

Nenhuma história das classes trabalhadoras digna de respeito pode ser escrita hoje sem incorporar a mulher, não apenas

aquelas que trabalham no setor industrial, mas também as esposas e outros membros da família que trabalham em empregos temporários no setor informal. Não se trata simplesmente de agregar informações sobre a mulher às abordagens tradicionais. É preciso encarar a história do trabalho e da classe trabalhadora dentro de uma nova perspectiva (Costa, 1990, p. 11).

Essa perspectiva, em nossa compreensão, ajuda inclusive a investigar não somente as relações entre classe e raça ou entre classe e gênero, mas também as imbricações entre classe, raça e gênero. Em outras palavras, incorporar nas pesquisas a mulher trabalhadora, não restringindo-se à indústria, pode, por exemplo, abrir o campo de visão sobre os lugares ocupados pelas mulheres negras no mundo do trabalho.

Lélia Gonzalez – intelectual negra que transitou entre a História, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicanálise – apresentou importantes contribuições no debate sobre gênero, raça e classe, incluindo estudos sobre o lugar da mulher negra no mercado de trabalho, em que destaca a questão do trabalho doméstico (mal) remunerado e as relações com o papel de “mucama” nos tempos da escravidão. Vejamos brevemente trecho de uma entrevista em 1985:

[a mulher negra] se concentra nas profissões manuais, de menor prestígio e remuneração. Trabalhadora rural, indústria de extração etc. Muitas vezes nem salário tem. Nas zonas urbanas está concentrada na prestação de serviços domésticos [...] Nós sempre somos vistas como corpos: ou como um corpo que trabalha, que é burro de carga, que trabalha e ganha pouco, ou como um corpo explorado sexualmente, que é o caso da mulata, símbolo dessa ideologia [do embranquecimento] [...] Tanto a empregada como a mulata são expressões modernas daquela que no passado foi chamada de mucama (Gonzalez, 2020, p. 308).

A predominância das mulheres negras no serviço doméstico não significa que estas não tenham ocupado lugares também na indústria ou outros setores. Mas olhar para aquele setor do trabalho é também fundamental.

As palavras de Lélia nos chamam ainda a refletir e investigar sobre como características desumanizadoras foram atribuídas ao corpo da mulher negra, destinando a esta lugares de extrema exploração e opressão em diferentes lugares e momentos da história. Angela Davis, abordando o início do processo

de industrialização no Sul dos Estados Unidos pouco antes da Guerra Civil, nos mostra que:

[...] o trabalho escravo complementava o trabalho livre – e frequentemente competia com ele. [...] O emprego das escravas como substitutas de animais de carga para puxar vagões nas minas do Sul faz lembrar o modo terrível como o trabalho das mulheres brancas foi utilizado na Inglaterra, segundo a descrição de Karl Marx em *O capital*. [...] Como seus colegas britânicos, os industriais do Sul não faziam segredo das razões que os motivavam a empregar mulheres em seus empreendimentos. As escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, tanto livres quanto escravos (Davis, 2016, p. 22-23).

Dialogando com a importância de trazer à tona as experiências dos diversos sujeitos modificando suas realidades e sendo modificados por elas, cabe trazer aos estudos também o papel das mulheres negras nos processos de luta e organização, seja nas ações contra a escravidão, seja nos diferentes âmbitos de luta no pós-abolição: sindicatos, movimento negro, movimento feminista, movimento de mulheres negras, dentre outros.

Apenas para citar um exemplo que nos chama atenção, a luta pela regulamentação do trabalho doméstico no Brasil teve as mulheres negras como protagonistas desde a década de 1940, quando mulheres integrantes do Teatro Experimental do Negro passaram a levantar reivindicações de direitos.

A reprodução de uma notícia do jornal *Diário Carioca* do dia 27 de agosto de 1950 no livro *Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história* (Carneiro, 2014) nos traz informações sobre a Associação das Empregadas Domésticas pautando a “inclusão das domésticas no quadro dos trabalhadores” e direitos como férias, aposentadoria e instrução. A notícia é acompanhada por uma fotografia que nos apresenta sete mulheres negras. tendo no centro a presidente da associação segurando o plano de trabalho da associação. São elementos que nos apontam para o lugar assumido por mulheres negras como sujeitos históricos ativos, posicionando-se frente às condições a que estavam submetidas no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que, seja no período de escravidão, seja no pós-abolição, os debates apresentados nos textos aqui mencionados nos apontam a importância de que a pesquisa histórica abranja profundamente as categorias de classe, gênero e raça, em suas conexões.

Parece-nos de grande importância continuar refletindo sobre os desafios de síntese apresentados por Emília Viotti da Costa, de modo a alcançar análises dialéticas que deem conta da compreensão das estruturas e das experiências, da objetividade e das subjetividades, das dimensões macro e micro da realidade. Passos importantes foram dados. É fundamental reconhecê-los, e ao mesmo tempo debruçar-se sobre novas perguntas, buscando sempre ampliar as fontes no processo de pesquisa.

Os apontamentos de Popinigis; Terra (2019), ao abordar as contribuições desenvolvidas por pesquisadores (as) do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho (GTMT) da Associação Nacional de História (ANPUH), trazem à tona importantes avanços em pesquisas no Brasil, “que incorporaram as experiências dos sujeitos, práticas e relações, tornando mais complexas as análises sobre os trabalhadores brasileiros e suas lutas” (p. 319).

O destaque feito pelos autores sobre a demanda por ampliar os estudos “sobre o impacto do racismo no mercado de trabalho e sobre as relações raciais na organização de partidos e sindicatos e nos movimentos sociais a partir de meados do século XX” (Popinigis; Terra, 2019, p. 319) nos dão pistas sobre possibilidades e necessidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Lélia Gonzalez**: o feminismo negro no palco da história. Brasília: Abravídeo, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência. *Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se perde e o que se ganha*. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, 1990. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/103/97>. Acesso em 25 jul. 2025.

COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. 7-22, dez. 1998a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6211/3702>. Acesso em 25 jul. 2025.

COSTA, Emilia Viotti da. Introdução. In: **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998b.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n. 76, p. 73-90, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/THvpNy5TDW34ZgVDKgCFvBR/?lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/vBTQbYFXtqwMXCHR6sfsN7Q/?lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2025.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. **Ler História**. Lisboa, n. 66, p. 44-55, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/720#quotation>. Acesso em 25 jul. 2025.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 308-329, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/WcNnRdY3FfJqByjLW8rnbbT/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2025.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 308-329, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbnngvywDJ4k6R/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2025.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, mai.-ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/4pzvZkq8Cmf54NrbCfC7pCD/?lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2025.

WEINSTEIN, Barbara. Globalizando a história do trabalho. O caso da revista International Labor and Working-class history. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 11-23, jul.-dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2017v9n18p11/37883>. Acesso em 25 jul. 2025.

Recebido em 09-05-2023.

Aprovado para publicação em 31-10-2025.